

RECURSO ESPECIAL Nº 1.591.029 - SP (2016/0066921-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **WLADIMIR ANTONIO PUGGINA**
RECORRIDO : **WILSON ALVES DE ARAUJO**
RECORRIDO : **ADILA QUINTANO DE ARAÚJO**
ADVOGADOS : **FÁBIO DE CAMPOS LILLA - SP025284**
MARCELO MURATORI E OUTRO(S) - SP285735

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. MULTA APLICADA PELO CVM. COMPETÊNCIA PARA APRECIÇÃO DO RECURSO. ATRIBUIÇÃO LEGAL DADA AO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. MODIFICAÇÃO PARA O CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL ATRAVÉS DE DECRETO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A Lei n.º 6.385/76 ao dispor sobre o mercado de valores mobiliários e criar a Comissão de Valores Mobiliários, definiu no § 4º do seu artigo 11, em sua redação original, a competência do Conselho Monetário Nacional para a apreciação de recursos interpostos das penalidades impostas pela Comissão de Valores Mobiliários.
2. Notificação datada de 08/07/1988 da instauração de inquérito administrativo para apurar eventuais infrações as normas da Comissão de Valores Mobiliários decorrentes de operações de compra e venda de ações efetuadas em 1987.
3. Julgamento da decisão absolutória da CVM ocorrido em 31/08/1994 no qual Conselho de Recursos do Sistema Financeiro entendeu por bem aplicar a constada multa aos autores, que foram devidamente notificados em 18/01/1995.
4. Recurso de ofício da decisão proferida pela Comissão de Valores Mobiliários foi apreciado pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, com fundamento no Decreto n.º 96.911/88, e não pelo Conselho Monetário Nacional, como determinava o § 4º do artigo 11 da Lei 6.385/76.
5. Houve na verdade a alteração de competência recursal, com previsão legal, através de ato normativo infra-legal, ou seja, por Decreto, o que, à evidência, se mostra totalmente descabido.
6. A própria norma legal que atribuiu competência ao Conselho Monetária Nacional, fôí posteriormente alterada pela Lei n.º

9.457/97, para, a partir de então, atribuir competência legal ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

7. Apelação e remessa improvidas" (fls. 318/319e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 1º, II, do Decreto 91.152/85, 11, II, § 1º, da Lei 6.385/76 e 2º da Lei 7.784/89, sustentando "a validade da pena fixada pelo CRSFN, não só por ser a sua competência, mas também porque os recorridos agiram com infringência da legislação de regência" (fl. 337e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões a fls. 342/349e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls.355/356e).

A irresignação não merece conhecimento.

Inicialmente, cumpre destacar que, nos termos do Enunciado Administrativo nº 2/2016, do STJ, aprovado na sessão plenária de 09/03/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Quanto à alegada ofensa aos artigos 1º, II, do Decreto 91.152/85, 11, II, § 1º, da Lei 6.385/76 e 2º da Lei 7.784/89, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que as teses recursais vinculadas aos dispositivos tidos como violados não foram apreciadas no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE.

INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora